



EXAME CFC

SIMULADO TEMÁTICO 04

COMENTADO

LISTA DE QUESTÕES

1. Em 10/12/2016, o governo brasileiro passou a exigir que, a partir de 2017, todas as empresas do país deverão oferecer a seus funcionários 15 horas de treinamento de primeiros socorros.

Assinale a opção que indica o correto tratamento contábil decorrente dessa exigência nas demonstrações contábeis das empresas, em 31/12/2016.

- a) Reconhecimento em despesas operacionais.
- b) Reconhecimento em outras despesas operacionais.
- c) Reconhecimento no passivo como provisão.
- d) Divulgação em nota explicativa.
- e) Não reconhecimento contábil.

Resolução:

Podemos classificar a questão como de nível fácil, porém confuso.

Afinal, em 2016, o Governo passou a exigir que em 2017 algumas normas fossem alteradas na contabilidade. A princípio, nada demais. Mas há um detalhe... esse evento ainda não ocorreu, ou seja, seu fato gerador não foi alcançado. Logo, estamos falando do famoso **regime de competência**.

"Os eventos devem ser registrados nos momentos em que ocorrem, independente de pagamento ou recebimento."

Por isso, se a transação foi anunciada em 2016 para ocorrer somente em 2017, sem mais nenhuma outra informação, devemos considerar como uma informação que não precisa ser reconhecida contabilmente, pelo menos a princípio.

Gabarito: Letra E.

2. Suponha que a Cia Comercial auferiu, em um determinado período, uma receita de \$ 500.000,00, da qual apenas 80% foi recebida. No mesmo período, as despesas atingiram o valor de R\$ 300.000,00, das quais foram pagas 50%. Apurando-se o resultado do período pelos regimes de caixa e de competência, teremos os seguintes resultados, respectivamente:

- a) \$ 100.000,00; \$ 200.000,00.
- b) \$ 200.000,00; \$ 100.000,00.
- c) \$ 200.000,00; \$ 250.000,00.
- d) \$ 250.000,00; \$ 200.000,00.
- e) \$ 250.000,00; \$ 250.000,00.

Resolução:

Vamos analisar os fatos contábeis sob cada uma das perspectivas, separadamente.

REGIME DE CAIXA

Fato 1 – Geração de \$ 500.000 de Receita, sendo que apenas 80% do valor foi recebido:



Entrada de \$ 400.000 no Caixa ou Banco C/ Movimento

Fato 2 – Realização de \$ 300.000 de Despesas, sendo que foi pago 50% desse valor:

Saída de \$150.000 do Caixa ou Banco C/ Movimento

Apuração do Resultado do Exercício (ARE):

ARE = Receitas – Despesas

ARE = 400.000 – 150.000 = \$250.000

REGIME DE COMPETÊNCIA

Fato 1 – Geração de \$ 500.000 de Receita, sendo que apenas 80% do valor foi recebido:

Entrada de \$ 500.000 na Receita

Fato 2 – Realização de \$ 300.000 de Despesas, sendo que foi pago 50% desse valor:

Saída de \$300.000 por Despesas

Apuração do Resultado do Exercício (ARE):

ARE = Receitas – Despesas

ARE = 500.000 – 300.000 = \$ 200.00

Gabarito: Letra D.

3. Uma determinada empresa industrial teve o seguinte fluxo de liquidações de Receitas e Despesas:

Despesas relativas a dezembro de 2017 pagas em dezembro de 2017	R\$ 90.000
Despesas relativas a janeiro de 2018 pagas em dezembro de 2017	R\$ 108.000
Despesas relativas a dezembro de 2017 pagas em janeiro de 2018	R\$ 72.000
Receitas relativas a dezembro de 2017 recebidas em janeiro de 2018	R\$ 54.000
Receitas relativas a janeiro de 2018 recebidas em dezembro de 2017	R\$ 126.000
Receitas relativas a dezembro de 2017 recebidas em dezembro de 2017	R\$ 102.000

De acordo com as informações mencionadas, a empresa obteve, respectivamente, pelo Regime de Caixa e pelo Regime de Competência, os seguintes resultados em dezembro de 2017, em Reais:

- a) Prejuízo de 6.000 e lucro de 9.000.
- b) Prejuízo de 6.000 e lucro de 45.000.
- c) Lucro de 26.000 e prejuízo de 9.000.
- d) Lucro de 30.000 e prejuízo de 6.000.
- e) Prejuízo de 30.000 e lucro de 6.000.

Resolução:

Os regimes trabalhados nessa questão foram os **regimes de competência e o regime de caixa**.

O **regime de competência** considera reconhecida na contabilidade a receita e a despesa no momento de sua realização ou quando incorrida, **independente de pagamento ou de recebimento em moeda**.

Já o **regime de caixa** é o oposto: considera reconhecida na contabilidade a receita e a despesa no momento do pagamento ou de recebimento em moeda, **independente de quando ocorreu o fato gerador que as ensejaram**.

Vamos fazer a contabilização segundo os dois regimes para Dez/ 2017:

Fatos	Valor	Regime de competência	Regime de Caixa
Despesas relativas a dezembro de 2017 pagas em dezembro de 2017	R\$ 90.000	(90.000)	(90.000)
Despesas relativas a janeiro de 2018 pagas em dezembro de 2017	R\$ 108.000		(108.000)
Despesas relativas a dezembro de 2017 pagas em janeiro de 2018	R\$ 72.000	(72.000)	
Receitas relativas a dezembro de 2017 recebidas em janeiro de 2018	R\$ 54.000	54.000	
Receitas relativas a janeiro de 2018 recebidas em dezembro de 2017	R\$ 126.000		126.000
Receitas relativas a dezembro de 2017 recebidas em dezembro de 2017	R\$ 102.000	102.000	102.000
(=) RESULTADO DE DEZ 2017		(6.000)	30.000

Portanto, podemos afirmar que a empresa obteve, respectivamente, pelo Regime de Caixa e pelo Regime de Competência, os seguintes resultados em dezembro de 2017 Lucro de 30.000 e prejuízo de 6.000.

Gabarito: Letra D.

4. Em 01/02/2018, uma loja de móveis recebeu a encomenda de um móvel planejado. O valor total do móvel é de R\$ 9.000, sendo que a loja recebeu metade no ato e, o restante, em 30/04/2018.

O móvel foi construído nos meses de fevereiro, março e abril e foi entregue em 02/05/2018.

Considerando que a loja utiliza o Regime de Competência para controlar as suas vendas, assinale a opção correta em relação à receita apurada.

- a) Em fevereiro, a receita foi de R\$ 4.500.
- b) Em fevereiro, a receita foi de R\$ 9.000.
- c) Em março, a receita foi de R\$ 3.000.
- d) Em abril, a receita foi de R\$ 2.250.
- e) Em maio, a receita foi de R\$ 9.000.

Resolução:

Vamos sintetizar **os fatos** em cada período:

- Fevereiro ---> Pedido de Encomenda + Pagamento de 4.500 (regime de caixa) + Construção
- Março ---> Construção
- Abril ---> Pagamento restante de 4.500 (regime de caixa) + Construção



- **Maio ---> Entrega do produto (regime de competência)**

De acordo com o **regime de competência**, a **receita realizada** relacionada ao móvel planejado deve ser reconhecida no momento da **entrega do produto**. Portanto, a receita será reconhecida no **mês de maio no valor de 9.000**.

Gabarito: Letra E.

5. Uma editora vende assinaturas digitais anuais do jornal O Mundo. Cada assinatura custa R\$ 600,00. O assinante começa a ter acesso ao conteúdo do jornal no momento em que realiza a assinatura.

O pagamento é feito por meio de cartão de crédito, de modo que a editora só recebe o dinheiro da assinatura no mês seguinte ao pagamento.

Em janeiro de 2018, 50 pessoas fizeram a assinatura anual. Destas, 30 escolheram por parcelar em três vezes de R\$ 200,00, 15 parcelaram em duas vezes de R\$ 300,00 e 5 pagaram os R\$ 600,00 em uma só vez.

Assinale a opção correta sobre a receita da editora, considerando que a editora segue o Regime de Caixa.

- a) A receita, em janeiro, foi de R\$ 2.500,00.
- b) A receita, em janeiro, foi de R\$ 30.000,00.
- c) A receita, em fevereiro, foi de R\$ 13.500,00.
- d) A receita, em março, foi de R\$ 2.250,00.
- e) A receita, em abril, foi de R\$ 16.500,00.

Resolução:

Valor Total da Assinatura = Nº de assinaturas * Valor da assinatura

Valor Total da Assinatura = 50 pessoas * 600

Valor Total da Assinatura = 30.000

A questão afirma que o pagamento é via cartão de crédito e a **editora só recebe o dinheiro no mês seguinte** (detalhe da questão). Então, de acordo com o **regime de caixa** (recebimento do dinheiro), vamos realizar o **parcelamento por mês**:

1) Os 30 assinantes parcelaram de 3x de 200,00:

JANEIRO ---> 0,0 (momento da transação)

FEVEREIRO ---> 6.000 (30 * 200)

MARÇO ---> 6.000 (30 * 200)

ABRIL ---> 6.000 (30 * 200)

= Total.....18.000

2) Os 15 assinantes parcelaram de 2x de 300,00:

JANEIRO ---> 0,0 (momento da transação)

FEVEREIRO ---> 4.500 (15 * 300)

MARÇO ---> 4.500 (15 * 300)

= Total.....9.000

3) Os 5 assinantes parcelaram de 1x de 600,00:

JANEIRO ---> 0,0 (momento da transação)

FEVEREIRO ---> 3.000 (5 * 600)

= Total.....3.000**VALOR TOTAL (POR MÊS)**

JANEIRO ---> 0,00

FEVEREIRO ---> 13.500 (6.000 + 4.500 + 3.000)

MARÇO ---> 10.500 (6.000 + 4.500)

ABRIL ---> 6.000

= TOTAL.....30.000**Gabarito: Letra C.**

6. Em 02/01/2017, uma empresa começou uma obra em sua sede. Na data, ela alugou um depósito para guardar os móveis, pagando aluguel antecipado de um ano, no valor de R\$6.000,00.

Os móveis foram transferidos para o depósito, em 01/02/2017, e foram, em sua maioria, retornados para a sede da empresa, em 01/10/2017. A obra acabou em 31/12/2017.

Assinale a opção correta em relação à apropriação da despesa de aluguel do galpão, considerando que a empresa segue o Regime de Competência.

- a) Despesa de R\$500,00, nos meses de janeiro a dezembro.
- b) Despesa de R\$667,00, nos meses de janeiro a setembro.
- c) Despesa de R\$667,00, nos meses de fevereiro a outubro.
- d) Despesa de R\$750,00, nos meses de fevereiro a setembro.
- e) Despesa de R\$1.200,00, no mês de fevereiro.

Resolução:

No dia 02/01/2017 (no momento da contratação), o **aluguel do imóvel foi pago antecipadamente** no valor de 6.000,00 e, no dia 31/12/2017, o contrato encerrava. Então, o aluguel pago antecipadamente será classificado no **ativo circulante**, pois os benefícios terminarão no final de 2017 (término do contrato).

Reconhecimento inicial (no momento da contratação):

D = Aluguéis pagos antecipadamente (ativo circulante)

C = Caixa.....6.000

Então, em cada período (mês a mês), a empresa deverá realizar a **apropriação mensal do aluguel a partir de janeiro até dezembro**, conforme o **regime de competência**.

Apropriação Mensal (jan. a dez.):**D = Despesa com aluguel****C = Aluguéis pagos antecipadamente (ativo circulante)500 (6.000/12 meses)****Gabarito: Letra A.**

7. Um curso de informática cobra de anuidade R\$ 2.400. Os alunos começam a frequentar as aulas no mês seguinte ao da matrícula e pagamento da anuidade.

O curso começou o ano de 2018 com cinco alunos ativos, que haviam iniciado as aulas em novembro do ano anterior. Além disso, no primeiro trimestre de 2018, 20 alunos se matricularam em janeiro, 30 alunos, em fevereiro, e, 10 alunos, em março.

Assinale a opção que indica a receita do curso no primeiro trimestre de 2018.

- a) R\$ 11.000.
- b) R\$ 12.000.
- c) R\$ 17.000.
- d) R\$ 26.000.
- e) R\$ 29.000.

Resolução:

O **regime de competência** considera reconhecida na contabilidade a receita e a despesa no momento de sua realização ou quando incorrida, **independente de pagamento ou de recebimento em moeda**.

Devemos, portanto, calcular o valor da receita incorrida para os **primeiros 3 meses**

A anuidade é de 2.400. Assim, a receita será rateada durante os 12 meses da anuidade, que será de 200.

O fato gerador da receita desse curso somente ocorre no mês seguinte ao do pagamento da anuidade, já que é quando os alunos começam a frequentar as aulas.

Com base nos dados acima, vamos calcular a receita pedida pela questão:

1) 5 Alunos já ativos, matriculados em novembro do ano anterior = será apropriado os 3 meses, já que começaram a frequentar em dezembro.

$$5 \text{ alunos} \times 3 \text{ meses} \times 200 = \mathbf{3.000}$$

2) 20 alunos matriculados em janeiro = Como só começarão a frequentar às aulas em fevereiro, somente iremos apropriar 2 meses da receita da anuidade

$$20 \text{ alunos} \times 2 \text{ meses} \times 200 = \mathbf{8.000}$$

3) 30 alunos matriculados em fevereiro = conforme já explicado, iremos apropriar apenas 1 mês da receita, já que só começaram a frequentar às aulas em março.

$$30 \text{ alunos} \times 1 \text{ mês} \times 200 = \mathbf{6.000}$$

Os alunos matriculados em **março** não entram no cálculo pois apenas terão aulas em abril, **fora do primeiro trimestre do ano!**

Portanto, a receita total do curso no primeiro trimestre de 2018 será de:

Receita dos 5 alunos	3.000
Receita dos 20 alunos	8.000
Receita dos 10 alunos	6.000
(=) Receita TOTAL	17.000

Gabarito: Letra C.



8. Segundo a Lei das Sociedades Anônimas e suas alterações posteriores, a escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial, da referida Lei e das normas de contabilidade, devendo-se observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo

- a) o regime de caixa.
- b) seus atos e fatos.
- c) os resultados acumulados.
- d) o regime de competência.
- e) seus atos constitutivos.

Resolução:

Em seu Artigo 177, a lei 6.404/76 diz que:

*A escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e desta Lei e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o **regime de competência**.*

Pelo regime de **competência**, as despesas e receitas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que **ocorrerem, independentemente de recebimento ou pagamento**.

As receitas e as despesas são os elementos diretamente relacionados com a mensuração do resultado da entidade.

A apuração do resultado do exercício deriva exatamente do confronto entre as despesas e receitas por competência.

É justamente por causa do regime de competência que apropriamos, por exemplo, uma despesa de seguro mensalmente – mesmo que seu pagamento tenha ocorrido em uma só parcela. Ou ainda que reconhecemos uma receita de vendas mesmo se o cliente ainda não houver efetuado o pagamento.

Gabarito: Letra D.

9. A Cia Comercial obteve em um determinado período uma receita de R\$ 1.000.000,00, sendo que, desse montante, 10% foi recebido em dinheiro, 20% em cheque e o restante foi a prazo. Nesse mesmo período, os custos de mercadoria vendida foram de R\$ 700.000,00, dos quais apenas 20% pagos no período e as demais despesas do período foi de R\$ 100.000,00, todas para serem pagas no período seguinte. O resultado do período pelo Regime de Caixa e pelo Regime de Competência é, respectivamente:

- a) Prejuízo de R\$ 40.000,00 – Lucro de R\$ 140.000,00.
- b) Lucro de R\$ 40.000,00 – Lucro de R\$ 140.000,00.
- c) Lucro de R\$ 140.000,00 – Prejuízo de R\$ 40.000,00.
- d) Lucro de R\$ 160.000,00 – Lucro de R\$ 200.000,00.
- e) Lucro de R\$ 200.000,00 – Lucro de R\$ 160.000,00.



Resolução:**RECEITA DE 1.000.000,00**

---> Foram recebidos 100.000 em dinheiro no período

---> Foram recebidos 200.000 em bancos no período

---> Foram registrados 700.000 em clientes

CMV DE 700.000

---> Foram pagos apenas 140.000 no período.

DEMAIS DESPESAS

---> O valor de 100.000 serão pagas no período seguinte

1) REGIME DE CAIXA:**a) Receitas:**

Receita recebida (em dinheiro).....100.000

Receita recebida (em bancos).....200.000

b) Despesas:

Despesa pagas (atual).....140.000

Resultado = Receita - Despesa

Resultado = 300.000 - 140.000

Resultado = 160.000 (lucro)

2) REGIME DE COMPETÊNCIA:**a) Receitas:**

Receita.....1.000.000

b) Despesas:

CMV.....700.000

Demais Despesas.....100.000

Resultado = Receita - Despesa

Resultado = 1.000.000 - 800.000

Resultado = 200.000 (lucro)

Gabarito: Letra D.

10. O regime contábil da competência no processo de escrituração determina que a Demonstração do Resultado do Exercício apresente aos seus usuários algumas informações em que:



1. receitas e rendimentos ganhos no período sejam independentes da sua realização em moeda.
2. obrigações de pagamentos, como, por exemplo, uma compra de mercadoria a prazo, sejam reconhecidas quando forem geradas.
3. as receitas a prazo sejam reconhecidas no seu recebimento, por causa dos devedores.
4. a receita de venda seja contabilizada por ocasião da transferência dos riscos e benefícios.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente o item 2 é verdadeiro.
- b) Somente os itens 1 e 3 são verdadeiros.
- c) Somente os itens 3 e 4 são verdadeiros.
- d) Somente os itens 1, 2 e 4 são verdadeiros.
- e) Os itens 1, 2, 3 e 4 são verdadeiros.

Resolução:

O regime contábil da competência serve para identificar receitas e despesas mesmo que ainda não tenham sido recebidas ou pagas, respectivamente, mas que por meio do seu fato gerador, devem ser lançadas nas operações.

- 1.** receitas e rendimentos ganhos no período sejam independentes da sua realização em moeda.

CERTO. As receitas e os ganhos no período não precisam ser recebidos para que sejam contabilizados, mas apenas seu fato gerador tenha ocorrido, conforme mencionado.

- 2.** obrigações de pagamentos, como, por exemplo, uma compra de mercadoria a prazo, sejam reconhecidas quando forem geradas.

CERTO. Gerado quer dizer fato gerador. Portanto, independente do pagamento, se a despesa foi gerada (seu FG ocorreu), deve ser reconhecida.

- 3.** as receitas a prazo sejam reconhecidas no seu recebimento, por causa dos devedores.

ERRADO. Não será apenas no recebimento, mas sim quando da ocorrência do seu fato gerador.

- 4.** a receita de venda seja contabilizada por ocasião da transferência dos riscos e benefícios.

CERTO. Com as transferências de riscos e benefícios na venda de uma mercadoria, como de exemplo, há ocorrência do FG da venda e a receita deve ser reconhecida.

Assertivas corretas: 1, 2 e 4.

Gabarito: Letra D.

11. Em 31/12/2014, a Cia. XYZ comprou um veículo para ser utilizado por um de seus diretores, por R\$ 60.000. Na data, a sociedade empresária pagou o seguro anual, no valor de R\$ 36.000, e mais R\$ 2.000, para instalar o ar condicionado no veículo.

A sociedade empresária esperava que o veículo fosse utilizado por quatro anos e depois vendido por R\$ 20.000. A legislação permite a depreciação do carro à taxa de 20% ao ano.

Em 31/12/2015, a sociedade empresária passou por uma reestruturação e foi definido que o veículo passaria a ser utilizado por outro diretor. Ela estima que o veículo seja utilizado por mais dois anos e não seja aproveitado depois disso.

Assinale a opção que indica, em 31/12/2016, o valor do veículo no Ativo Imobilizado do Balanço Patrimonial da Cia. XYZ.

- a) R\$ 25.000.
- b) R\$ 25.750.
- c) R\$ 26.800.
- d) R\$ 39.250.
- e) R\$ 41.000.

Resolução:

Primeiramente, o **valor de aquisição** = R\$ 60.000,00

Depois, o **valor para instalar o ar condicionado** no veículo (que incorpora o bem) = R\$ 2.000,00

*O **valor do seguro** não vai ser somado ao custo de aquisição, visto que é uma **despesa**.

Portanto: aquisição + instalação do ar = R\$ 62.000,00.

O valor restante após a venda do bem, ou seja, o **valor residual**, é de R\$ 20.000,00. Logo, valor depreciável do bem é de:

$$\text{R\$ } 62.000,00 - \text{R\$ } 20.000,00 = \text{R\$ } 42.000,00 \text{ (Depreciável)}$$

Vida útil = 4 anos

$$42.000/4=10.500$$

$$\text{Valor contábil} = \text{R\$ } 62.000,00 - \text{R\$ } 10.500,00 = \text{R\$ } 51.500,00$$

O enunciado nos fala que o veículo será utilizado por **mais 2 anos**.

$$51.500/2=25.750$$

Os anexos I e II da instrução normativa da SRF nº 162 informam os prazos e percentuais de depreciação de bens. Acontece que o examinador informou o prazo que a empresa iria utilizar o veículo (4 anos). Nesse tipo de questão, sempre utilizamos a depreciação da empresa. Perceba que a questão deixa claro que a legislação "permite" depreciar em 20%. Isso é só para confundir o enunciado.

Gabarito: Letra B.



12. A empresa Alfa S.A. adquiriu, em 31 de dezembro de 2014, uma máquina por R\$ 300.000,00, à vista. Na data da aquisição, a vida útil econômica da máquina e o seu valor residual foram estimados, respectivamente, em 10 anos e R\$ 60.000,00. Em 31 de agosto de 2017, a empresa vendeu a máquina por R\$ 222.000,00 à vista. Considerando que a empresa utilizou o método das cotas constantes para o cálculo da despesa de depreciação, o resultado obtido com a venda da máquina, evidenciado na Demonstração do Resultado do exercício de 2017, foi

- a) positivo em R\$ 2.000,00.
- b) positivo em R\$ 10.000,00.
- c) negativo em R\$ 14.000,00.
- d) positivo em R\$ 46.000,00.
- e) positivo em R\$ 62.000,00.

Resolução:

A questão trata da contabilização do custo do imobilizado. A Lei 6.404/76 diz o seguinte a respeito da contabilização do Ativo Imobilizado.

Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

*V - os direitos classificados no imobilizado, **pelo custo de aquisição, deduzido do saldo da respectiva conta de depreciação, amortização ou exaustão***

A máquina foi adquirida por R\$ 300.000,00 à vista, com vida útil estimada em 10 anos e **valor residual de R\$ 60.000,00**. O lançamento contábil pela aquisição será o seguinte:

D - Imobilizado - Máquinas	300.000
C - Caixa	300.000

Para efeitos de contabilização da depreciação, **precisamos subtrair o valor residual para encontrarmos o valor depreciável**. Assim temos:

Valor Depreciável = $300.000 - 60.000 \rightarrow 240.000$

Esse valor deve ser dividido pelo o tempo de vida útil econômica da entidade, no caso 10 anos.

Depreciação Anual = $240.000 / 10 \rightarrow 24.000$

Depreciação Mensal = $24.000 / 12 \rightarrow 2.000$

Até o momento da venda, passaram-se 2 anos e oito meses. Então teríamos depreciado a máquina pelo valor de total de **R\$ 64.000** ($24.000 \times 2 + 2.000 \times 8$). Dessa forma, no dia 31 de agosto, ela estará registrada no balanço da seguinte forma:

Imobilizado - Máquinas	300.000
Depreciação Acumulada	(64.000)
Valor Contábil	236.000

A venda foi pelo valor de R\$ 222.000,00. Como a máquina possuía valor contábil maior, teve-se um prejuízo com a venda.

Resultado com a Venda = $222.000 - 236.000 \rightarrow 14.000$ Negativo

Gabarito: Letra C.



13. A empresa Profile S.A. adquiriu, em 31/12/2015, uma máquina por R\$ 420.000,00 à vista. Adicionalmente, a empresa incorreu em gastos para instalação adequada da mesma no valor de R\$ 60.000,00. Na data da aquisição, a empresa definiu que a vida útil econômica da máquina seria 6 anos e o valor residual esperado no final da vida útil seria R\$ 30.000,00. A empresa adota o método das cotas constantes para cálculo da depreciação.

Em 30/06/2017, a empresa Profile S.A. vendeu esta máquina por R\$ 350.000,00 à vista. O resultado apurado na venda da máquina foi, em reais,

- a) 27.500,00 positivos.
- b) 17.500,00 negativos.
- c) 12.500,00 positivos.
- d) 57.500,00 positivos.
- e) 70.000,00 negativos.

Resolução:

Segundo o item 17 do CPC 27:

Ativo Imobilizado, o custo de instalação é um exemplo de custo diretamente atribuível ao custo de aquisição de um ativo imobilizado.

Logo, o custo de aquisição dessa máquina é R\$ 480.000,00 (420 mil + 60 mil).

Depreciação anual = $(480.000 - 30.000) / 6 \text{ anos}$

Depreciação anual = 75.000,00

Assim a depreciação acumulada em 30/06/17 será

Depreciação acumulada = $75.000 \times 1,5 \text{ ano}$

Depreciação acumulada = 112.500,00

O valor contábil em 30/06/17 será:

VC = $480.000 - 112.500$

VC = 367.500,00

Como o valor da venda da máquina foi R\$ 350 mil, o resultado da venda foi:

Resultado da venda = valor da venda - valor contábil

Resultado da venda = $350.000 - 367.500$

Resultado da venda = - 17.500 (negativo = perda)

Gabarito: Letra B.

14. Em 31/12/2014, a Cia. Só Concreto adquiriu um equipamento por R\$ 1.300.000,00 à vista. Na data da aquisição, a Cia. estimou que a vida útil econômica seria 10 anos e o valor residual esperado seria R\$ 300.000,00. Em 01/01/2016, a empresa reavaliou a vida útil econômica remanescente para 8 anos e o valor residual para R\$ 200.000,00.



Sabendo que a empresa utiliza o método das cotas constantes para cálculo da depreciação, o valor contábil apresentado pela Cia. Só Concreto, no Balanço Patrimonial de 31/12/2016, foi, em reais,

- a) 1.075.000,00.
- b) 1.025.000,00.
- c) 875.000,00.
- d) 825.000,00.
- e) 1.100.000,00.

Resolução:

I – valor contábil **antes** da reavaliação

Depreciação Anual = $(1.300.000 - 300.000)/10 \text{ anos} = 100.000,00$

Valor Contábil (31/12/2015) = $1.300.000,00 - 100.000,00$

Valor Contábil (31/12/2015) = 1.200.000,00

II – valor contábil **após** a reavaliação

Depreciação Anual = $(1.200.000 - 200.000)/8 \text{ anos} = 125.000,00$

Valor Contábil (31/12/2016) = $1.200.000,00 - 125.000,00$

Valor Contábil (31/12/2016) = 1.075.000,00

Gabarito: Letra A.

15. Uma empresa apresenta em seu Balanço Patrimonial um ativo intangível correspondente ao direito de uso de ativos obtidos em um leilão de privatização. A concessão foi obtida em 01/01/2010 pelo prazo de 30 anos, o valor pago foi R\$ 60.000.000,00 e a empresa passou a ter controle e fazer uso dos ativos em 01/07/2010.

O valor contábil apresentado pela empresa para este ativo intangível, no Balanço Patrimonial de 31/12/2013 foi, em reais,

- a) 60.000.000,00.
- b) 52.000.000,00.
- c) 53.000.000,00.
- d) 48.000.000,00.
- e) 49.000.000,00.

Resolução:

A amortização anual será: $60.000.000 / 30 \text{ anos}$

Amortização anual = 2.000.000,00

A empresa passou a ter o controle e fazer uso do ativo em 01/07/2010. Assim, em 31/12/2013 teremos um período de 3,5 anos de uso.

Nestes termos, o valor contábil em 31/12/13 será:



(+) valor pago = 60.000.000

(-) amortização acumulada = 7.000.000 => (2.000.000 x 3,5 anos)

(=) Valor contábil = 53.000.000,00

Gabarito: Letra C.

16. Suponha um imóvel que, na Contabilidade, aparece pelo valor líquido de R\$ 200.000,00. O aluguel de um imóvel semelhante a esse teria para a empresa um custo cujo valor presente líquido seria de R\$ 150.000,00. Ao examinar o mercado imobiliário da região, verifica-se que o valor de um imóvel semelhante para a compra seria de R\$ 170.000,00.

Diante destes dados, assinale a alternativa correta.

- a) Cabe acompanhar a perda e reportá-la nos relatórios de administração, mas não no balanço patrimonial.
- b) Cabe ajustar o valor do imóvel para R\$ 150.000,00 e registrar a perda de R\$ 50.000,00 como despesa do período no balanço patrimonial.
- c) Não cabe realizar nenhuma ação, dado que a reavaliação não é permitida legalmente.
- d) Cabe ajustar o valor desse imóvel para R\$ 170.000,00, com a perda de R\$ 30.000,00 pelo ajuste impactando o resultado do período.
- e) O ajuste apenas deve ser feito quando o valor de mercado for maior que o valor registrado contabilmente, conforme laudo de três peritos.

Resolução:

A questão versa sobre Redução ao Valor Recuperável de Ativos, disposto no Pronunciamento Contábil nº 01 (R1), conhecido como CPC 01 (R1).

De acordo com o enunciado da questão, o valor contábil do ativo é de R\$ 200.000,00. O valor presente líquido do custo de aluguel de um imóvel semelhante é de R\$ 150.000,00 e o valor de compra atual de um imóvel semelhante é de R\$ 170.000,00.

Segundo o CPC 01 (R1):

Valor recuperável de um ativo ou de unidade geradora de caixa é o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

Dessa forma, podemos considerar o valor de compra de outro imóvel apresentado no enunciado como o valor justo líquido de despesa de venda e o valor em uso como o valor presente do custo de aluguel de um imóvel similar.

Assim, devemos reduzir o valor recuperável do ativo da sociedade tendo em vista o maior dentre os dois valores apresentados. O maior entre eles é o valor de compra atual de um imóvel semelhante por R\$ 170.000.

O tratamento contábil a ser utilizado, nesse caso, será o reconhecimento da desvalorização do ativo diretamente no resultado do exercício, conforme dispõe o CPC 01 (R1):

A **perda por desvalorização do ativo** deve ser **reconhecida**

imediatamente na demonstração do resultado, a menos que o ativo tenha sido reavaliado. Qualquer desvalorização de ativo reavaliado deve ser tratada como diminuição do saldo da reavaliação.



A **perda por desvalorização de ativo** não reavaliado deve ser reconhecida na **demonstração do resultado do exercício**. Entretanto, a perda por desvalorização de ativo reavaliado deve ser reconhecida em outros resultados abrangentes (na reserva de reavaliação) na extensão em que a perda por desvalorização não exceder o saldo da reavaliação reconhecida para o mesmo ativo. Essa perda por desvalorização sobre o ativo reavaliado reduz a reavaliação reconhecida para o ativo.

Logo, deverá ser contabilizada uma despesa de R\$ 30.000,00 no resultado do exercício, devido à redução ao valor recuperável do imóvel.

Gabarito: Letra D.

17. A empresa Produz&Vende S.A. possui uma máquina em sua fábrica de produção, que foi comprada em 02/01/2014 por R\$ 300.000,00. Sabe-se que a depreciação acumulada da máquina é de R\$ 50.000,00. O valor justo da máquina em 31/12/2017 era de R\$ 200.000,00, ao passo que os custos e despesas de venda foram estimados em 20% do valor justo. Seu valor em uso, correspondente ao Fluxo de Caixa Descontado era de R\$ 255.000,00 na mesma data.

Com base nas informações, a empresa Produz&Vende S.A. ao analisar seus dados com relação ao valor recuperável dos ativos, deve

- a) não registrar a perda por impairment no período, visto que o valor em uso é maior do que o valor contábil.
- b) não registrar a perda por impairment no período, visto que o valor justo líquido das despesas de venda é menor do que o valor contábil.
- c) registrar a perda por impairment de R\$ 90.000,00, pois o valor justo líquido das despesas de venda é menor do que o valor contábil.
- d) registrar a perda por impairment de R\$ 5.000,00, visto que o valor em uso é maior do que o valor contábil.
- e) registrar a perda por impairment de R\$ 140.000,00, pois o valor contábil de R\$ 300.000,00 excede o valor recuperável, que é de R\$ 160.000,00.

Resolução:

Questão que trata da **recuperabilidade de ativos** (CPC01)

Seguirei uma ordem lógica que ajuda a resolver esse tipo de questão:

1) Calcular o valor contábil:

Valor contábil é o montante pelo qual o ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e ajuste para perdas.

Portanto, podemos afirmar que será o valor contábil desse ativo:

$$300.000 - 50.000 = \mathbf{250.000}$$

2) Calcular Valor recuperável:

Valor recuperável de um ativo ou de unidade geradora de caixa é o **maior montante** entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso

- Valor em uso (Fluxo de Caixa Descontado): **255.000**
- Valor justo líquido de despesas de venda: $200.000 - (200.000 \times 20\%) = 160.000$
-

Logo, o valor recuperável desse ativo será de **255.000** (Valor em uso)

3) Aplicação do teste

O teste de recuperabilidade consiste em comparar o valor contábil com o seu respectivo valor recuperável.

O teste de recuperabilidade consiste em comparar o valor contábil com o seu respectivo valor recuperável.

Valor recuperável > Valor contábil = Não haverá lançamento de perda; apenas reverte-se a perda, caso exista, até:

- 1) O limite do valor de custo
- 2) Limite das perdas reconhecidas.

EXCEÇÃO: ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill) = não haverá reversão.

Valor recuperável < Valor contábil = Lançará uma perda pela diferença;

Observe que o **valor recuperável ficou superior ao valor contábil em R\$ 5.000,00**. Assim, essa empresa **não registrará perda** por impairment no período, visto que o valor em uso é maior do que o valor contábil.

Gabarito: Letra A.

18. A Redução ao Valor Recuperável de Ativos se aplica a todos os ativos a seguir, EXCETO:

- a) Ativo Intangível.
- b) Estoque.
- c) Imobilizado.
- d) Investimento em Controlada.

Resolução:

A questão trata da redução ao valor recuperável de ativos, tratado no CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Esse procedimento tem como objetivo assegurar que os ativos da entidade não estejam registrados contabilmente por valores que excedam seus valores recuperáveis. Caso isso aconteça, será necessário reconhecer uma perda por desvalorização desse ativo, pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável (maior entre o valor em uso e o valor realizável líquido).

A questão quer saber qual desses ativos não está sujeito ao teste de recuperabilidade. Vejamos o que diz o CPC 01 a esse respeito:

Alcance 2.

Este pronunciamento deve ser aplicado na contabilização de ajuste para perdas por desvalorização de todos os ativos, exceto:

(a) **estoques** (ver CPC 16 – Estoques);

(b) **ativos de contrato e ativos resultantes de custos para obter ou cumprir contratos** que devem ser reconhecidos de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente; (Alterada pela Revisão CPC 12);

(c) **ativos fiscais diferidos** (ver Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro);

(d) **ativos advindos de planos de benefícios a empregados** (ver Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados);;

(e) **ativos financeiros** que estejam dentro do alcance do CPC 48 – Instrumentos Financeiros;

(f) **propriedade para investimento** que seja mensurada ao valor justo (ver Pronunciamento Técnico CPC 28 – Propriedade para Investimento);

(g) **ativos biológicos** relacionados à atividade agrícola dentro do alcance do Pronunciamento Técnico CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola que sejam mensurados ao valor justo líquido de despesas de venda;

(h) **custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis** advindos de direitos contratuais de companhia de seguros contidos em contrato de seguro dentro do alcance do Pronunciamento Técnico CPC 11 – Contratos de Seguro; e

(i) **ativos não circulantes** (ou grupos de ativos disponíveis para venda) **classificados como mantidos para venda** em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

O não reconhecimento de perdas por recuperabilidade desses ativos se dá em decorrência desses ativos terem pronunciamentos técnicos vigentes e aplicáveis a eles e, por consequência, terem orientações específicas para reconhecimento e mensuração desses ativos.

Gabarito: Letra B.**19. O Pronunciamento CPC 01 aborda questões relacionadas à contabilização de ajuste para perdas por desvalorização de ativos.**

Um dos ativos, cuja desvalorização pode ser reconhecida no âmbito das disposições do CPC 01, é:

- a) estoques
- b) ativos intangíveis
- c) ativos biológicos relacionados à atividade agrícola
- d) ativos relativos a planos de benefícios a empregados
- e) propriedade para investimento mensurada ao valor justo

Resolução:

O CPC 01 informa quais os ativos que **não sofrem** o teste de recuperabilidade

Alcance

2. Esta Norma deve ser aplicada na contabilização de ajuste para perdas por desvalorização de todos os ativos, **exceto:**

- a) **estoques**;



- b) *ativos advindos de contratos de construção;*
- c) *ativos fiscais diferidos;*
- d) **ativos advindos de planos de benefícios a empregados;**
- e) *ativos financeiros que estejam dentro do alcance das normas do CFC que disciplinam instrumentos financeiros;*
- f) **propriedade para investimento** que seja mensurada ao **valor justo**;
- (g) **ativos biológicos relacionados à atividade agrícola** dentro do alcance da NBC TG 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola que sejam mensurados ao valor justo líquido de despesas de vender;
- h) *custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis advindos de direitos contratuais de companhia de seguros contidos em contrato de seguro dentro do alcance da NBC TG 11 – Contratos de Seguro; e*
- i) *ativos não circulantes (ou grupos de ativos disponíveis para venda) classificados como mantidos para venda.*

Logo, em geral, os **ativos imobilizados e os ativos intangíveis** estão sujeitos ao teste de recuperabilidade.

Gabarito: Letra B.

20. Analise as seguintes afirmativas sobre composição das estimativas de fluxos de caixa futuros, no âmbito da mensuração do valor recuperável de ativo, e assinale com V as verdadeiras e com F as falsas.

- () As estimativas de fluxos de caixa futuros devem incluir projeções de entradas de caixa advindas do uso contínuo do ativo e, se houver, fluxos de caixa líquidos a serem recebidos (ou pagos) quando da baixa do ativo ao término de sua vida útil.
- () As estimativas de fluxos de caixa futuros devem incluir as projeções de saídas de caixa que podem ser incorridas para gerar as entradas de caixa advindas do uso contínuo do ativo e que podem ser alocadas indiretamente, em base consistente e razoável, ao ativo.
- () As estimativas de fluxos de caixa futuros e a taxa de desconto devem refletir premissas consistentes sobre aumentos de preço devido à inflação. Se essa taxa incluir a inflação, então os fluxos de caixa futuros devem ser estimados em termos nominais.
- () As estimativas de fluxos de caixa futuros devem incluir futuras entradas ou saídas de caixa previstas para as quais se tenha expectativa de advir de futura reestruturação com a qual a entidade ainda não está compromissada.

Assinale a sequência CORRETA.

- a) V F V F
- b) F V F V
- c) V F F V
- d) F V V F

Resolução:

(V) Na estimativa de fluxos de caixa futuros é importante incluir a **projeção dos fluxos de caixa futuros dos ativos (entradas e saídas de caixa).**

CPC 01



39. As **estimativas de fluxos de caixa futuros** devem incluir:

- a) **projeções de entradas de caixa** advindas do **uso contínuo** do ativo;
- c) se houver, **fluxos de caixa líquidos a serem recebidos (ou pagos)** quando da **baixa do ativo** ao término de sua vida útil.

(F) As projeções das saídas de caixa relacionadas na **geração de caixa** e que estejam **diretamente relacionadas** com o ativo.

CPC 01

39. As **estimativas de fluxos de caixa futuros** devem incluir:

- b) **projeções de saídas de caixa** que são necessariamente incorridas para **gerar as entradas de caixa** advindas do uso contínuo do ativo (incluindo as saídas de caixa para preparar o ativo para uso) e que podem ser **diretamente** atribuídas ou alocadas, em base consistente e razoável, ao ativo; e

(V) Na projeção dos **fluxos de caixa futuros (entradas e saídas futuras de caixa)** pode:

- **Incluir** a inflação ---> logo, devem ser estimados em **termos nominais**;
- **Excluir** a inflação ---> logo, devem ser estimados em **termos reais**.

CPC 01

40. As **estimativas de fluxos de caixa futuros** e a **taxa de desconto** devem refletir **premissas consistentes** sobre aumentos de preço devido à inflação (**aumento generalizado de preços**). Portanto, se a taxa de desconto **incluir** o efeito dos aumentos de preço devido à inflação, os **fluxos de caixa futuros** devem ser estimados em **termos nominais**. Se a taxa de desconto **excluir** o efeito de aumentos de preço devido à inflação, os **fluxos de caixa futuros** devem ser em **termos reais** (porém, devem incluir aumentos ou futuras reduções específicas de preços).

(F) Os **fluxos de caixa futuros (projeções de caixa)** **devem excluir** qualquer estimativa de **entrada e saída de caixa** que se espera surgir das **reestruturações futuras** ou no **aperfeiçoamento do desempenho do ativo**.

CPC 01

44. Fluxos de caixa futuros devem ser estimados para o ativo em sua condição atual. As **estimativas de fluxos de caixa futuros** **não devem incluir futuras entradas ou saídas de caixa previstas** para as quais se tenha expectativa de advir de:

- a) **futura reestruturação** com a qual a entidade ainda não está compromissada; ou
- b) **melhoria ou aprimoramento do desempenho do ativo**.

Gabarito: Letra A.

21. Como o processo industrial da Cia. X provoca alto impacto ambiental, ela é obrigada, por lei, a trocar suas máquinas, a cada cinco anos.

Caso a sociedade empresária não faça a troca, ela é obrigada a pagar uma multa anual de R\$ 100.000.

A sociedade empresária deveria trocar suas máquinas em 2015. O valor das máquinas era de R\$ 500.000. Como a sociedade empresária não fez a troca, ela considera que o risco de ser autuada é muito alto.

Considerando apenas esse fato, assinale a opção que indica, em 31/12/2015, o total das provisões da Cia. X.

- a) Zero.
- b) R\$ 100.000.
- c) R\$ 500.000.
- d) R\$ 600.000.
- e) R\$ 1.000.000.

Resolução:

Em primeiro momento, devemos lembrar que a **provisão é uma coisa provável, de estimativa confiável e uma obrigação presente decorrente de um evento passado.**

"14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

(a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;

(b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e

(c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida."

Percebe-se que a entidade causa alto impacto ambiental e que ele não efetuou as trocas necessárias das máquinas a probabilidade de ela pagar a multa a multa pelo dano é bem alta.

Portanto, o evento é causa provável e confiável de que gerará desembolso pela cia. O valor da multa resultante desse descumprimento é de R\$ 100.000,00 e o total das provisões será neste valor.

Gabarito: Letra B.

22. O Balanço Patrimonial de 31/12/2014 de uma empresa apresentava o saldo de R\$ 1.100.000,00 na conta Provisões. A composição desta conta era a seguinte:

Provisão reconhecida	Valor registrado em 31/12/2014
Ação trabalhista	R\$ 300.000,00
Ação Fiscal	R\$ 800.000,00

Reavaliando a situação dos dois processos, a empresa identificou, em 31/12/2015, alterações nos valores prováveis, em função de novos fatos analisados. Os novos valores prováveis para estes processos são:

Tipo de processo	Valor estimado em 31/12/2015
Ação trabalhista	R\$ 250.000,00
Ação Fiscal	R\$ 700.000,00

Dois novos processos judiciais surgiram em 2015 contra a empresa e as informações sobre eles são apresentadas a seguir:

Tipo de processo	Avaliação da probabilidade de Perda em 31/12/2015	Valor estimado em 31/12/2015
Ambiental	Provável	R\$ 80.000,00
Cível	Possível	R\$ 100.000,00

O efeito líquido no resultado de 2015 da empresa, relacionado com as provisões necessárias foi, em reais,

- a) redução de 80.000,00.
- b) aumento de 150.000,00.
- c) redução de 180.000,00.
- d) redução de 30.000,00.
- e) aumento de 70.000,00.

Resolução:

Vamos revisar o nosso quadro-resumo abaixo elaborado com base no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

	BALANÇO PATRIMONIAL	NOTAS EXPLICATIVAS
PROVÁVEL	REGISTRA	DIVULGA
POSSÍVEL	NÃO	DIVULGA
REMOTA	NÃO	NÃO

De acordo com o nosso quadro-resumo, se a saída de recurso for **provável**, então faremos um **registro (Provisão)** no Balanço Patrimonial e divulgamos em Notas Explicativas.

Caso a saída de recurso seja possível, não faremos lançamento no BP, porém divulgamos em Notas Explicativas.

Por fim, se a saída for considerada remota, não registra no BP e nem divulga em Notas Explicativas.

Assim, o efeito líquido no resultado de 2015 será:

Processo	vlr 31/12/14	Probabilidade 31/12/15	vlr estimado 31/12/15	Efeito na DRE 2015
Trabalhista	300.000	Provável	250.000	+ 50.000
Fiscal	800.000	Provável	700.000	+100.000
Ambiental	0,00	Provável	80.000	- 80.000
Cível	0,00	Possível	100.000	0,00
total				+ 70.000

O processo trabalhista tinha como provável em 31/12/14 o valor de R\$ 300 mil, mas para 31/12/15 o valor foi de R\$ 250 mil, uma redução de R\$ 50 mil com impacto positivo na DRE.

O processo fiscal tinha como provável em 31/12/14 o valor de R\$ 800 mil, mas para 31/12/15 o valor foi de R\$ 700 mil, uma redução de R\$ 100 mil com impacto positivo na DRE.

Em 31/12/15 o processo ambiental passa a ser provável no valor de R\$ 80 mil, com impacto negativo na DRE de mesmo valor.

Gabarito: Letra E.

23. Há situações em que uma entidade precisa dar tratamento contábil a transações que geram obrigação para com terceiros, mas que haja incerteza acerca do prazo ou do valor do desembolso futuro necessário para liquidar a obrigação.

No caso de uma ação judicial em que o desembolso por parte da entidade que reporta é considerado provável e razoavelmente estimado, a entidade deve:

- a) tratar como resultado de exercícios futuros;
- b) reconhecer uma provisão pela melhor estimativa;
- c) divulgar em nota explicativa, se considerar relevante;

- d) aguardar a decisão final para reconhecer qualquer obrigação;
- e) reconhecer uma contingência pelo valor histórico de processos semelhantes.

Resolução:

a) tratar como ~~resultado de exercícios futuros~~;

ERRADO: resultado de exercícios futuros foi extinta a partir da vigência das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09

b) reconhecer uma provisão pela melhor estimativa;

CERTO: como é uma obrigação provável, o CPC 25 prevê que essa obrigação seja reconhecida em contas de provisão

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

(a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;

(b) seja **provável** que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e

(c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

36. O valor reconhecido como provisão deve ser a **melhor estimativa do desembolso** exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço

c) divulgar em nota explicativa, ~~se considerar relevante~~;

ERRADO: a divulgação em notas explicativas é obrigatória se houver reconhecimento de uma provisão.

d) ~~aguardar a decisão final~~ para reconhecer qualquer obrigação;

ERRADO: o CPC 25 permite que essa entidade reconheça uma provisão para representar essa obrigação com incerteza de prazo ou de valor do desembolso futuro.

e) reconhecer uma ~~contingência~~ pelo valor histórico de processos semelhantes.

ERRADO: Deve-se reconhecer uma provisão (*obrigação provável*) e não um passivo contingente (*obrigação possível*)

Gabarito: Letra B.

24. Segundo o CPC 25, um passivo deve ser reconhecido quando a sua ocorrência for provável, isto é, quando a probabilidade de sua ocorrência for

- a) igual a 20%.
- b) superior a 20% e inferior a 30%.
- c) superior a 30% e inferior a 40%.
- d) superior a 40% e inferior a 50%.
- e) superior a 50%.

Resolução:

A questão versa sobre Pronunciamento Contábil nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 25), o qual trata do tratamento contábil dado às Provisões, aos Passivos Contingentes e aos Ativos Contingentes.

Questão bastante intuitiva, ficando até dispensado conhecimento aprofundado acerca do CPC 25.

Primeiro, conceituaremos o reconhecimento de um **Passivo**, pelo CPC 25:



23. Para que um **passivo** se qualifique para **reconhecimento**, é necessário haver não somente uma **obrigação presente**, mas também a **probabilidade de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar essa obrigação**. Para a finalidade deste Pronunciamento Técnico, uma saída de recursos ou outro **evento é considerado** como **provável** se o **evento for mais provável que sim do que não de ocorrer**, isto é, se a **probabilidade** de que o **evento ocorrerá** for **maior** do que a **probabilidade** de isso **não acontecer**. Quando não for provável que exista uma obrigação presente, a entidade divulga um passivo contingente, a menos que a possibilidade de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja remota.

Reconhecido o passivo proceder-se-á a **Provisão**:

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

(a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado (PASSIVO);

(b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e

(c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Para que um **evento** qualquer seja **provável** de ocorrer, a **probabilidade** de sua **ocorrência** deve ser **superior a 50%**. **Abaixo** disso, entende-se que a sua **ocorrência** é **possível**, apesar de **improvável**.

Logo, a única alternativa possível é a letra E.

Gabarito: Letra E.

25. Uma entidade concede prazos de garantias aos diferentes produtos que vende e provisiona as despesas com garantias pela melhor estimativa, tendo em vista o histórico de cada produto.

O tratamento dos valores relacionados a garantias de produtos diferentes como uma classe única de provisão pode ser:

- a) apropriado;
- b) compensável;
- c) inapropriado;
- d) recomendável;
- e) excluído pela entidade.

Resolução:

Segundo o **CPC 25**, **provisão** é um passivo de prazo ou de valor incertos

Relativamente ao **reconhecimento dessa provisão**, o **CPC 25** exige que esse passivo respeite a **algumas condições** especificadas nessa norma, vejamos:

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

(a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;

(b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e

(c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Observe que estamos tratando de uma **garantia**. O CPC 25 aplica-se a provisões para garantias, conforme o item 24.

A questão busca saber como devemos fazer a **base de mensuração desses passivos**. Assim, o CPC 25 define as regras de **bases de mensuração apropriados** para provisões e a passivos e ativos contingentes, para que seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas e permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor.

Portanto, conforme o item 87, a **base de mensuração será apropriada** quando a provisão for para uma classe única para os valores relacionados a garantias de produtos diferentes.

87. Na determinação de quais provisões ou passivos contingentes podem ser agregados para formar uma única classe, é necessário considerar se a natureza dos itens é suficientemente similar para divulgação única que cumpra as exigências dos itens 85(a) e (b) e 86(a) e (b). Assim, pode ser apropriado tratar como uma classe única de provisão os valores relacionados a garantias de produtos diferentes, mas não seria apropriado tratar como uma classe única os valores relacionados a garantias normais e valores relativos a processos judiciais

Gabarito: Letra A.

26. Analise os seguintes fatores considerados na determinação da moeda funcional de uma entidade, conforme definições do Pronunciamento CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis:

- I. a moeda do país sede da entidade;
- II. a moeda que mais influencia os preços de venda de bens e serviços;
- III. a moeda que mais influencia fatores como mão de obra e matéria-prima;
- IV. a moeda por meio da qual são originados recursos das atividades de financiamento.

Está correto somente o que consta em:

- a) I e II;
- b) II e III;
- c) III e IV;
- d) I, II e III;
- e) II, III e IV.

Resolução:

Questão sobre o **Pronunciamento técnico contábil 02** - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

A questão exige o conhecimento dos detalhes acerca da Moeda Funcional.



De acordo com o CPC 02, **Moeda funcional** é a moeda do ambiente econômico principal no qual a entidade opera.

Ao explicar para determinar esse ambiente econômico principal da Moeda Funcional, a norma traz as seguintes características:

Detalhamento das definições

Moeda funcional

9. O ambiente econômico principal no qual a entidade opera é normalmente aquele em que principalmente ela gera e despende caixa. A entidade deve considerar os seguintes fatores na determinação de sua moeda funcional:

(a) a moeda:

(i) que mais influencia os preços de venda de bens e serviços (geralmente é a moeda na qual os preços de venda para seus bens e serviços estão expressos e são liquidados); e

(ii) do país cujas forças competitivas e regulações mais influenciam na determinação dos preços de venda para seus bens e serviços;

(b) a moeda que mais influencia fatores como mão de obra, matéria-prima e outros custos para o fornecimento de bens ou serviços (geralmente é a moeda na qual tais custos estão expressos e são liquidados).

10. Os seguintes fatores também podem servir como evidências para determinar a moeda funcional da entidade:

(a) a moeda por meio da qual são originados recursos das atividades de financiamento (exemplo: emissão de títulos de dívida ou ações).

(b) a moeda por meio da qual os recursos gerados pelas atividades operacionais são usualmente acumulados.

Com base nisso, vamos analisar as assertivas da questão:

I. a moeda do ~~país sede da entidade~~;

ERRADO: Conforme as normas acima, o país sede da entidade não é um fator determinante na definição de Moeda Funcional

II. a moeda que mais influencia os preços de venda de bens e serviços;

CERTO: Trata-se do fator previsto no item 9 'a', 'i', do CPC 02, que é utilizado para determinar a definição de Moeda Funcional

III. a moeda que mais influencia fatores como mão de obra e matéria-prima;

CERTO: Trata-se do fator previsto no item 9 'b', do CPC 02, que é utilizado para determinar a definição de Moeda Funcional

IV. a moeda por meio da qual são originados recursos das atividades de financiamento.

CERTO: Trata-se de um fator previsto no item 10 'a' do CPC 02, que são um dos fatores que também podem servir como evidências para determinar a moeda funcional da entidade

Gabarito: Letra E.



27. Uma empresa agroindustrial que tem o real como moeda funcional importou uma colheitadeira no valor de US\$ 10.000,00 (dez mil dólares). Por ocasião do desembaraço aduaneiro, efetuado no dia 30 de abril, foram pagos tributos não recuperáveis no montante de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). A colheitadeira foi usada ao longo do mês de maio. O pagamento foi acordado para ser efetuado em 30 de junho, ao final da colheita da safra.

As cotações hipotéticas do dólar no período são:

Data	Cotação do dólar
30 de abril	US\$ 1 = R\$ 3,30
30 de maio	US\$ 1 = R\$ 3,60
30 de junho	US\$ 1 = R\$ 4,00

Tendo em vista as informações apresentadas anteriormente bem como o disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade sobre conversão de demonstrações contábeis e ativo imobilizado, é correto afirmar que deverá ser registrado o valor desta colheitadeira em 30 de abril:

- a) R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais).
- b) R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).
- c) R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).
- d) R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Resolução:

Questão sobre o **Pronunciamento técnico contábil 02** - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

A questão exige o conhecimento dos detalhes acerca da Moeda Funcional.

Observe que houve compra de uma colheitadeira pelo valor de US\$ 10.000,00 (dez mil dólares). Com efeito, devemos transformar o valor de **Dólar** para **Real**, para isso temos que seguir as disposições do CPC 02.

Moeda funcional é a moeda do ambiente econômico principal **no qual a entidade opera**.

Vejamos o que estabelece o **CPC 02**:

21. Uma transação em moeda estrangeira deve ser reconhecida contabilmente, **no momento inicial**, pela moeda funcional, mediante a aplicação da taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira, **na data da transação**, sobre o montante em moeda estrangeira

Portanto, a **data da transação** é **30 de abril**, quando ocorre o **desembaraço aduaneiro** da colheitadeira;

$$10.000 \times 3,30 = 33.000$$

Por fim, quanto aos **tributos não recuperáveis**, o **CPC 27** define que o custo do imobilizado deve ser acrescido do preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e **impostos não recuperáveis sobre a compra**, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos

Portanto, como o pagamento do tributo não recuperável foi feito em Real, **não teremos que usar** a taxa de câmbio e deveremos somá-lo ao custo da colheitadeira.

$$33.000 + 2000 = 35.000$$

Gabarito: Letra B.



28. A definição de moeda funcional é detalhada no Pronunciamento Técnico CPC (02). A entidade deve considerar os seguintes fatores na determinação de sua moeda funcional, EXCETO:

- a) O ambiente econômico principal no qual a entidade opera.
- b) Se é a que mais influencia os custos para o fornecimento de produtos ou serviços.
- c) Que esta determinação pode ser livremente alterada pela Administração da Sociedade.
- d) Se é aquela por meio da qual são originados recursos das atividades de financiamento da Sociedade.

Resolução:

Questão sobre o **Pronunciamento técnico contábil 02** - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

A questão exige o conhecimento dos detalhes acerca da Moeda Funcional. Vamos analisar cada alternativa:

a) O ambiente econômico principal no qual a entidade opera.

CERTO: Conforme o CPC 02, Moeda funcional é a moeda do ambiente econômico principal no qual a entidade opera

b) Se é a que mais influencia os custos para o fornecimento de produtos ou serviços.

CERTO: Nos termos do CPC 02:

9. O ambiente econômico principal no qual a entidade opera é normalmente aquele em que principalmente ela gera e despende caixa. A entidade deve considerar os seguintes fatores na determinação de sua moeda funcional:

(...)

(b) a moeda que mais influencia fatores como mão de obra, matéria-prima e outros custos para o fornecimento de bens ou serviços (geralmente é a moeda na qual tais custos estão expressos e são liquidados).

c) Que esta determinação ~~pode ser livremente alterada~~ pela Administração da Sociedade.

ERRADO: De acordo com o **item 36** do Pronunciamento Técnico CPC 02,

*"a moeda funcional de uma entidade reflete as transações, os eventos e as condições relevantes relacionados a ela. Portanto, uma vez determinada, a moeda funcional **não deve ser alterada** a não ser que haja mudança nas transações, nos eventos e nas condições correspondentes."*
Com isso, a alteração da moeda funcional não pode ser livremente realizada pela Administração da Sociedade, pois esta alteração só pode ocorrer na hipótese de haver mudança em condições exógenas

d) Se é aquela por meio da qual são originados recursos das atividades de financiamento da Sociedade.

CERTO: Vejamos o que estabelece o CPC 02 acerca dos tipos de recursos que financiam uma sociedade empresária:

10. Os seguintes fatores também podem servir como evidências para determinar a moeda funcional da entidade:

(a) a moeda por meio da qual são originados recursos das atividades de financiamento (exemplo: emissão de títulos de dívida ou ações).

Gabarito: Letra C.



29. Em 04/01/2016, uma entidade contraiu um empréstimo bancário em um banco localizado nos Estados Unidos no valor de US \$ 200,000, com vencimento em cinco anos. Na data, a cotação do dólar era de R\$ 4,00.

Em 31/12/2016, a cotação do dólar era de R\$ 3,00 e, em 31/12/2017 de R\$ 3,60.

Assinale a opção que indica o valor pelo qual o empréstimo é contabilizado no passivo das demonstrações contábeis da entidade, de 31/12/2017.

- a) R\$ 424.000,00.
- b) R\$ 600.000,00.
- c) R\$ 640.000,00.
- d) R\$ 720.000,00.
- e) R\$ 800.000,00.

Resolução:

A questão é bem tranquila. Vamos utilizar apenas as informações que o examinador nos trouxe.

Empréstimo de 200 mil dólares em 04/01/2016 - Cotação R\$ 4,00

Qual o valor do endividamento da empresa em 31/12/2017, sabendo que a cotação do dólar estava em R\$ 3,60?

De acordo com CPC 02, os itens monetários em moeda estrangeira devem ser convertidos, usando-se a taxa de câmbio de fechamento.

$$200.000 \times R\$ 3,60 = R\$ 720.000,00$$

Considerações:

1. Não há juros informados na questão, então não vamos utilizar nenhuma despesa financeira.
2. Não é mencionado se houve pagamento de alguma parcela nesse período, então vamos usar o valor integral da dívida.

Gabarito: Letra D.

30. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, a administração de uma entidade deve se valer de julgamento para determinar a moeda funcional que representa com maior fidedignidade os efeitos econômicos das transações, eventos e condições subjacentes.

As opções a seguir listam os fatores que podem servir como evidência para determinar a moeda funcional de uma entidade, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) A moeda que mais influencia os preços de venda de bens e serviços.
- b) A moeda do país cujas forças competitivas e regulações mais influenciam na determinação dos preços de venda para seus bens e serviços.
- c) A moeda que mais influencia fatores, como mão de obra, matéria prima e outros custos, para o fornecimento de bens ou serviços.
- d) A moeda por meio da qual são originados recursos das atividades de financiamento.
- e) A moeda do país de residência dos sócios da entidade.

Resolução:

Questão aborda sobre o tema moeda funcional.

O CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis trata do assunto e afirma o seguinte:

A moeda funcional será aquela:

- a) que mais influencia os preços de venda de bens e serviços (geralmente é a moeda na qual os preços de venda para seus bens e serviços estão expressos e são liquidados);
- b) do país cujas forças competitivas e regulações mais influenciam na determinação dos preços de venda para seus bens e serviços;
- c) que mais influencia fatores como mão de obra, matéria-prima e outros custos para o fornecimento de bens ou serviços (geralmente é a moeda na qual tais custos estão expressos e são liquidados).
- d) por meio da qual são originados recursos das atividades de financiamento (exemplo: emissão de títulos de dívida ou ações).
- e) por meio da qual os recursos gerados pelas atividades operacionais são usualmente acumulados.

Percebe-se que a residência dos sócios em nada influencia na moeda funcional. Portanto, alternativa "E" é o nosso gabarito!

Gabarito: Letra E.